AEDOS Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS

Apresentação das mesas *A função do pesquisador(a) e professor(a) de História: possibilidades e limites da atuação profissional* e *O ofício do(a) historiador(a) e as fontes*

Douglas Souza Angeli[1]
Michele de Oliveira Casali[2]

Com o objetivo de promover discussões entre pesquisadores de diferentes perspectivas e recortes espaciais e temporais, mas tendo como fio condutor a discussão sobre o ofício do historiador e seu papel na pesquisa e no ensino, realizamos as mesas *A função do pesquisador(a) e professor(a) de História: possibilidades e limites da atuação profissional* e *O ofício do(a) historiador(a) e as fontes*. Os textos aqui reunidos são fruto das pesquisas apresentadas e do profícuo debate durante os dias do evento.

Douglas Angeli e Iamara Andrade tratam da reflexão sobre a metodologia de pesquisa aplicada a fontes de imprensa, com ênfase no campo da história política. Pautando-se na bibliografia sobre o tema e na trajetória de pesquisa de ambos, elencam questões pertinentes ao historiador, alertando ao cuidado de também considerar, na perspectiva da história política, os jornais, por exemplo, como parte do objeto de pesquisa. Agrega-se a diversidade do termo imprensa e o requerimento da uma delimitação mais refinada para obter os dados necessários a pesquisa não perdendo de vista que a coleta específica de uma parte do jornal pode acarretar uma perca de qualidade por desconsiderar o conjunto do periódico.

Como um exemplo de pesquisa que identifica os periódicos como fontes importantes para a pesquisa histórica, Fabian Filatow apresenta resultado de sua pesquisa de doutorado, já finalizada, na qual buscou compreender o movimento sócio-religioso dos Monges Barbudos, ocorrido em Soledade/RS entre 1935 e 1938, e sua repressão na fase inicial do Estado Novo

[1] Doutorando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: douglasangeli@hotmail.com.
[2] Mestranda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: michelelcasali@gmail.com.

(1937-1945). Nesta comunicação, o autor persegue este tema tendo como fontes as publicações na imprensa referentes ao acontecimento. Nas páginas dos jornais, as versões da polícia, dos membros da Igreja Católica e de pessoas da comunidade fornecem possibilidades de cruzamentos e interpretação, propiciando uma maior compreensão sobre este conflito.

Trabalhando com outro tipo de fonte, que ensejam cuidados metodológicos e discussões teóricas diversas e igualmente importantes, Guilherme Masi apresenta o trabalho *"Nada necessito escrever": diários e memórias de veteranos brasileiros na Segunda Guerra Mundial.* O autor alerta para a renovação dos estudos no subcampo da História Militar, que, seguindo as tendências historiográficas das últimas décadas, passou a incorporar temas, fontes e metodologias diversificadas e antes negligenciadas. O uso de diários e memórias amplia as possibilidades de compreensão das trajetórias de militares como Solon Rodrigues D'Avila exemplo que o autor apresenta para pensar as relações entre a *escrita de si* e a chamada Nova História Militar.

Com o trabalho intitulado *Migração e memória: a polifonia no processo da construção das territorialidades maranhenses na cidade de Boa Vista/RR*, Francisco Marcos Mendes Nogueira apresenta discussões teórico-metodológicas dos estudos migratórios a partir da pesquisa que vem desenvolvendo no doutorado. O processo migratório e a construção dos territórios simbólico-culturais são o foco deste trabalho sobre a territorialização dos migrantes maranhenses em Boa Vista/RR entre 1991 e 2010. O autor utiliza as metodologias da história oral, salientando sua centralidade nesse tipo de estudo que busca compreender o processo de reconfiguração e reafirmação do pertencimento por parte do sujeito migrante.

Do Inferno ao Sandero Luminoso: o papel do historiador e a ficção reprimida, escrito por Mário Marcello Neto, parte da concepção da sociedade atual enquanto pós-moderna, evidenciando que essa forma de pensar produz outras formas de percepção da realidade, de socialização e comunicação. Tendo em vista essa discussão, o autor balisa a discussão por meio das histórias em quadrinhos, casos ocorridos no Reino Unido e na América do Sul. Tais exemplos traz à luz os limites entre a ficção e realidade, sobretudo, a função do historiador nos dias atuais. Para este, o desmantelamento de funções de datação do passado não tem mais espaço, para o autor, o historiador tem a responsabilidade de entender o passado, mobilizar suas ações a fim de atribuir sentido a ele para pensar o presente. Percebe-se a mudança de eixo de interpretação do ofício do historiador a medida em que, encarada uma sociedade pós-moderna, o apelo aos sentimentos para mobilização é o ponto a se considerar frente a uma geração de empatia.

Dificuldades, possibilidades e cuidados metodológicos na utilização da imprensa como fonte para a história política

Douglas Souza Angeli[3]
Iamara Silva Andrade[4]

A utilização da imprensa como fonte em pesquisas de história política traz consigo possibilidades capazes de enriquecer a compreensão do tema estudado, desde que determinados cuidados metodológicos sejam colocados em prática. Este trabalho tem por objetivo refletir sobre a metodologia de pesquisa aplicada a fontes de imprensa, a partir de revisão bibliográfica e da própria trajetória de pesquisa dos autores, dando ênfase a aspectos metodológicos específicos do campo da história política. Além disso, propõe uma discussão sobre as dificuldades com relação a este tipo de fonte e seus acervos, buscando dialogar com as questões propostas pela mesa *O ofício do(a) historiador(a) e as fontes*, na qual o trabalho foi apresentado durante o I Encontro Discente de História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O autor tem experiência com a utilização de jornais locais como fontes para a pesquisa histórica, especialmente no campo da história política. Na dissertação de mestrado, buscou compreender como candidatos, partidos e imprensa exerceram um papel de construção do eleitor por meio de práticas de mobilização eleitoral. A pesquisa em jornais locais deixou clara a riqueza deste tipo de fonte, devido ao grande número de notícias relacionadas à vida política do município, bem como propagandas de candidatos, notas de partidos políticos, registros de debates, entrevistas e discursos proferidos em campanhas eleitorais. Isso indicou a necessidade de refletir sobre como a imprensa local foi utilizada pelos partidos políticos e pelos candidatos enquanto canal possível de comunicação com os eleitores/leitores, especialmente nos períodos eleitorais, pois, enquanto fontes históricas, os periódicos têm sido bastante significativos, inclusive para a história política. Além disso, a identificação das relações estabelecidas entre editores e jornalistas com os diferentes grupos políticos locais e regionais, levou o autor a considerar a imprensa local não somente como fonte, mas como parte do objeto de pesquisa: imprensa, partidos e candidatos foram considerados agentes da mobilização eleitoral.

O trabalho com estas fontes, tendo como objeto a mobilização eleitoral e como recorte temporal o período da experiência democrática (1945-1964), levou o autor a elaborar um

[3] Doutorando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. douglasangeli@hotmail.com.
[4] Doutoranda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. iamarandrade53@gmail.com.

projeto de doutorado que abordasse as campanhas eleitorais deste período, porém tendo o recorte espacial definido pelas eleições estaduais no Rio Grande do Sul. Assim, o projeto de doutorado em andamento tem como objetivo compreender o papel das práticas de mobilização eleitoral desse período na experiência democrática. Novamente os periódicos exercem um papel central na pesquisa, não somente como fontes, mas como parte do objeto. A utilização da imprensa como um canal de interpelação do eleitor, considerando as características e o projeto editorial e político de cada periódico analisado, visando compreender o perfil de eleitor que se pretendia atingir e o tipo de relação estabelecido entre os jornais, candidatos e partidos, será o foco da análise.

A autora realiza uma pesquisa para o projeto de doutorado sobre as notícias da Revolução Russa entre 1917 e 1922 na imprensa brasileira para investigar a circulação de ideias nos jornais enquanto espaços de formulações e disputas dos projetos de poder pelos grupos sociais dominantes e militantes operários. A hipótese inicial é que a interlocução crítica desse conteúdo jornalístico se constituiu numa rede de produção e disputa de valores e projetos políticos cuja articulação e expressão se realizavam através da grande imprensa e dos jornais operários.

Nessa perspectiva, ressaltamos a análise de referenciais teóricos metodológicos que contribuam para a reflexão na historiografia do estudo da imprensa não como mera reprodutora de interesses, mas como um espaço importante de elaboração e disputa dos projetos de grupos sociais distintos agindo na produção de hegemonia, na compreensão da temporalidade, da memória e de visões de futuro. Especificamente sobre os cuidados metodológicos inerentes ao uso da imprensa como fonte, destacamos as reflexões de Tania Regina de Luca (2005), Nízia Vilaça (2008), Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário Peixoto (2007), Robert Darnton (1990), Cláudio Pereira Elmir (1994), autores que problematizam os usos correntes da imprensa como fonte de pesquisa propondo avanços teórico-metodológicos ao abordarem a imprensa de acordo com sua historicidade, relacionada às lutas sociais enquanto lócus da sua formação e atuação.

As questões metodológicas que julgamos importantes quando se pesquisa temas da história política tendo veículos da imprensa como fontes são oriundas não somente da prática de pesquisa, mas também da reflexão a partir da produção bibliográfica sobre o tema.

A partir destas reflexões, queremos destacar cinco questões metodológicas concernentes ao uso da imprensa como fonte histórica, em especial nos estudos políticos:

1. Uso da imprensa como fonte é algo muito genérico. Primeiro porque o termo imprensa abarca uma grande diversidade de veículos, desde os jornais locais de periodicidade

irregular até as grandes revistas de circulação nacional. Há também os jornais e revistas de público mais restrito, mas cujo impacto não pode ser subestimado. No caso da história política brasileira, é necessário considerar os jornais operários, comunistas, anarquistas, periódicos de associações e partidos políticos. E também a grande imprensa com vínculos políticos mais ou menos sutis. Identificar qual o tipo de imprensa será utilizada como fonte é, portanto, um passo importante. Porém, imprensa como fonte é algo genérico também devido à diversidade de possibilidades que os periódicos oferecem em suas páginas: artigos de opinião, editoriais, notícias, anúncios, cartas dos leitores, entrevistas, notas a pedido, charges, reproduções de fotografias e colunas temáticas exigem cuidados metodológicos próprios a cada um. Nesse sentido, a disposição no conjunto do periódico e a articulação (na diagramação) entre artigos, notícias, anúncios e editoriais pode ser reveladora das disputas pelo sentido dos acontecimentos políticos e pela concorrência na interpelação dos leitores por lideranças políticas, partidos, sindicatos, associações, e mesmo por jornalistas, editores e articulistas com vínculos mais ou menos estabelecidos com os grupos que disputam o poder.

2. Não se pode perder de vista a relação entre a parte estudada e o conjunto do periódico. Muitas vezes o pesquisador chega com excessiva determinação na sua interação com a fonte, na pesquisa em arquivo. O recorte temático o leva a coletar as partes do periódico nas quais identifica uma relação direta com sua pesquisa. O uso de câmeras fotográficas e scanners portáteis tem facilitado muito este trabalho de coleta. Porém, a facilidade relativa pode ser uma armadilha aos menos atentos. O periódico tem um projeto editorial e um conjunto gráfico que oferece ao leitor uma combinação de textos e imagens. A articulação de um anúncio político com uma notícia positiva ou negativa, a escolha de uma determinada imagem associada à notícia, o espaço e a localização destinados às matérias e à publicidade política podem indicar um efeito pretendido no público leitor – por mais que as estratégias de leitura sejam desviantes e diversas.

3. Uma seleção é diferente de uma série completa. Além do que foi dito acima sobre o conjunto gráfico, é preciso estar atento para uma forma muito comum de acesso dos historiadores a fontes de imprensa: as clipagens ou taxações. Os historiadores da política se depararam não raras vezes com seleções organizadas por órgãos públicos ou por lideranças políticas, com um apanhado do que foi publicado sobre determinado político, instituição ou tema. Esse tipo de fonte possui vantagens, dependendo do objeto de pesquisa do historiador. Em muitos casos, a clipagem fornece acesso a matérias publicadas em periódicos cuja guarda não se efetivou em arquivos de uso público, pois além dos jornais de grande circulação, seus organizadores preocuparam-se com a coleta de matérias publicadas em jornais locais ou de

público mais restrito. O grande problema é que, além de haver se perdido o conjunto da página e o periódico como um todo, o fato de ser uma seleção leva à necessidade de outras posturas heurísticas e metodológicas por parte do historiador atento às omissões, aos destaques, aos possíveis comentários e grifos, ao ordenamento e à própria lógica de organização dos recortes – tornando este tipo de fonte intrinsecamente ligada a quem a dotou do formato em que se encontra. Nesse caso, as fontes não são mais os periódicos, mas a seleção e configuração dada aos recortes no conjunto da clipagem.

4. O conteúdo político das publicações na imprensa tem um público duplo. Quando partidos, governantes, candidatos, sindicatos, associações, jornalistas e editores buscam a mobilização do público por meio da imprensa, é preciso estar atento a existência de uma interpelação paralela típica das disputas políticas. A imprensa não é simplesmente um canal de comunicação entre os grupos políticos e o público, mas um meio pelo qual se busca pautar o debate político e um espaço pelo qual se pode medir forças. Os próprios veículos de imprensa, por meio de seus editores, colunistas e jornalistas, podem criar meios de exaltar, constranger ou pressionar governos ou grupos políticos, por meio de notícias ou artigos que ingenuamente podem ser vistos como simples conteúdo destinado ao público em geral. Por sua vez, lideranças políticas, partidos, sindicatos, associações e grupos econômicos podem, por meio de notas, artigos, entrevistas e anúncios, enviar recados implícitos ou demonstrar força perante seus concorrentes políticos, ao mesmo tempo em que buscam mobilizar o público leitor mais amplo.

5. Na história política, a imprensa não é apenas fonte, podendo fazer parte do próprio objeto de pesquisa. Como exemplo, traremos a questão da Revolução Russa nos jornais brasileiros. A imprensa é fonte e objeto para compreender quais interpretações da Revolução Russa foram elaboradas através dos jornais, por isso é importante uma análise cuidadosa das notícias veiculadas na grande imprensa e imprensa operária como expressão escrita das inquietações, debates e elaborações sobre este "horizonte vermelho" que se abria diante do mundo. Num breve panorama do noticiário em algumas regiões do Brasil, observa-se que a grande imprensa após divulgar informações que aprovavam as mudanças de fevereiro de 1917, caracterizando-as como "anti-alemã", modifica o teor das notícias sobre a tomada do poder pelos sovietes e a partir da radicalização das ações operárias brasileiras assume uma ofensiva crítica num primeiro esboço de ideias anticomunistas. Na imprensa operária a Revolução Russa se torna inspiração e horizonte de libertação social, e passa a preencher as páginas desses periódicos com artigos que realizavam debates políticos sobre diversos temas, inclusive sobre a questão da mulher e da juventude. A imprensa deu forma aos

acontecimentos que registrava de acordo com as conjunturas específicas de relações com o poder e das lutas por hegemonia sobre os modos de vida. Mesmo quando o historiador produz conhecimento por meio de periódicos, a compreensão do papel exercido por eles e as vinculações destes veículos com grupos e instituições leva o pesquisador a considerá-los como parte do objeto.

De acordo com Darnton (1990), a imprensa se insere historicamente na vida moderna enquanto uma força social ativa na constituição dos modos de vida, perspectivas e consciência histórica. Por isso, quando a imprensa e as mídias noticiam estão delimitando espaços, demarcando temas, mobilizando opiniões, constituindo adesões e consensos. Dessa forma, a imprensa se apresenta como uma linguagem constitutiva do social detentora de historicidade e peculiaridades que exigem um tratamento teórico e metodológico que identifique as relações entre a imprensa e a sociedade, investigando qual o lugar social de cada jornal e as intencionalidades históricas que cada um apresenta a partir das suas relações com os grupos sociais que se articulam por ele e em torno dele.

Portanto, cada jornal possui o seu lugar social de um determinado tempo, cabe ao pesquisador, na abordagem crítica das fontes, estar atento aos procedimentos metodológicos para problematizar as relações de poder que cada periódico está inserido e como eles atuam no cenário político para desvendar como a imprensa na sua prática social modela pensamentos e ações, definem papéis sociais e universaliza posições e interpretações.

Referências

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Peixoto. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. In: *Projeto História*, São Paulo, 2007, n.º 35, dez, p. 253-270.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette. Mídia, Cultura e revolução*. São Paulo, Cia das Letras, 1990.

ELMIR, Cláudio P. Armadilhas de um jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. In: *Cadernos PPG em História da UFRGS*. Porto Alegre, dezembro de 1995. nº 13.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-154.

VILLACA, Nízia. Práticas da Comunicação e produção de sentido: entre Gutenberg e o ciberuniverso. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSCHMANN, Micael. (Org.). *Comunicação e história: interfaces e novas abordagens*. Rio de Janeiro: Mauad X e Globo Universidade, 2008, p. 253-266.

Os Monges Barbudos nas páginas dos jornais

Fabian Filatow[5]

O contexto histórico dos Monges Barbudos

O movimento dos Monges Barbudos ocorreu em Soledade (RS) entre 1935 e 1938. A origem está associada à figura do taumaturgo monge João Maria, o qual teria estado na casa de André Ferreira França e dito para fundar uma nova religião. Reunindo seguidores, o movimento despertou a atenção da comunidade local e das autoridades que recorreram ao uso da força militar para reprimi-los. O conflito ocorreu durante a semana santa de 1938, quando o grupo, composto por camponeses da região, se reuniu na capela de Santa Catarina, localizada no 6º distrito de Soledade, denominado Bela Vista. O motivo da reunião estava associado ao retorno do *santo* monge. A repressão deixou um saldo de mortos e feridos, além do medo e da proibição da prática religiosa. Inseridos num contexto político complexo, foram acusados de comunistas, fato que contribuiu para legitimar a ação repressiva orquestrada pelo governo no período de consolidação do Estado Novo. Nosso objetivo é apresentar a imprensa como fonte para o estudo deste movimento, e quem sabe, estimular novas pesquisas.

Utilizamos as reportagens nas páginas dos jornais buscando em cada vestígio e fragmento pistas que nos fossem úteis para responder a questão do motivo da repressão. Assim, nossa pesquisa oferece uma interpretação para além do exótico religioso. Nossa interpretação situa os Monges Barbudos inseridos no contexto político daquele período e pelo qual foram reprimidos. Ou seja, no Rio Grande do Sul destacou-se a ascensão política do interventor federal José Antônio Flores da Cunha. Situação diferente foi vivenciada após 1935, quando é possível identificarmos um conflito crescente entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas, motivado principalmente pelo centralismo político adotado pelo Governo Federal. Tal fato contribuiu para o afastamento ocorrido entre ambos, chegando ao confronto direto entre eles, resultando na deposição do governador do estado e na instauração do regime autoritário em 10 de novembro de 1937. Assim, os Monges Barbudos foram utilizados politicamente para dar estabilidade ao Estado Novo, no qual o uso da violência policial foi um dos meios usados para coibir a ação de possíveis apoiadores do florismo que poderiam existir naquela região.

[5] Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Contato: fabianfilatow@gmail.com.

Utilizamos *imprensa* para nos referir aos jornais impressos, demonstrando a possibilidade da sua utilização para o estudo dos Monges Barbudos. Evidentemente que esta fonte não é inocente, como lembrou Jacques Le Goff (1996, p. 110), devendo ser analisada criticamente. Ou seja, o que aparece escrito deve ser lido em dois tempos "um objetivo que interpreta o texto escrito efetivamente e outro subjetivo que precisa entender aquilo que não aparece escrito, mas é possível identificar à luz do contexto histórico" (SOSA, 2007, p. 11-12). Assim, "o estudo da imprensa necessita do reconhecimento do que está em torno dela, já que essa mesma imprensa está invariavelmente atrelada ao seu tempo histórico" (SOSA, 2007, p. 12). Acreditamos que esta percepção contribui para compreendermos a repressão imposta aos camponeses de Soledade e as notícias publicadas nos jornais. Segundo Márcia Janete Espig, "a imprensa deve [...] ser pensada como uma representação construída sobre o real, sobre o qual incidem determinados filtros deformadores que cabe ao historiador determinar e equacionar em suas análises" (1998, p. 276). Este é o caso dos Monges Barbudos, o que foi noticiado na imprensa teve uma representação construída sobre uma realidade histórica, as disputas políticas no período de consolidação do Estado Novo, porém foram apresentadas como ações fanáticas que ameaçariam a própria ordem nacional, sendo necessária a repressão.

Os Monges Barbudos na imprensa

Segundo o Correio do Povo (CP), era "um grupo de fanáticos, superior a mil, inclusive mulheres e crianças, invadiu os municípios de Soledade e Sobradinho, apossando-se da igreja Santa Catarina [...]" (21 ABR 1938, p. 16) e "aquele povo estava tomado do fanatismo religioso" (27 ABR 1938, p. 14). Temos a caracterização do estranho, do diferente, que quando não é menosprezado, é concebido como desprovido de capacidades, sejam de ordem intelectual, cultural ou social. Foram apresentados como violentos, pois "[...] alarmavam as populações de Sobradinho e Soledade" (CP, 27 ABR 1938, p. 16). O capitão Riograndino da Costa e Silva, numa entrevista concedida após missão de reconhecimento no local, assim os descreveu: "[...] barbas compridas, cabelos grandes, com grande devoção religiosa, naturalmente deturpada, (...). Esse sentimento religioso inculcado naquelas pessoas ignorantes [...] (CP, 27 ABR 1938, p. 14).

No jornal Kolonie, publicado em língua alemã, em Santa Cruz do Sul, localizamos a publicação de uma carta enviada do município de Sobradinho. Podemos ler: "mais uma vez chega ao nosso conhecimento um exemplo do fanatismo gerado pela credulidade de nossa

população cabocla no mato e no campo, ainda hoje absolutamente esquecida no que tange à escola e à educação", sendo que as causas da ocorrência estariam associadas ao fato de serem "caboclos", gente do "mato" e do "campo", de serem portadores de "credulidade". O caboclo é descrito como tendo uma "(...) aparência selvagem, ainda que de boa índole [...]" (KOLONIE, 27 ABR 1938, p. 2).

Identificamos a presença da "teoria da falta", ou seja, a construção argumentativa na qual a justificativa utilizada para explicar a ocorrência de diferentes movimentos sociais estaria atrelada à ausência do Estado. Tal ausência seria expressa na deficiente assistência social, restrito acesso à educação, no precário serviço de saúde pública, na falta de amparo religioso etc. Essa forma interpretativa desconsidera a existência de uma longa tradição cultural presente na constituição desses grupos sociais, não considerando suas crenças populares e religiosas como expressão cultural de determinada localidade ou região (cf. WITTER 2001 e 2007). A carta oferece contribuições sobre alguns fatos do conflito.

> Já há algum tempo, tem-se ouvido ocasionalmente rumores e notícias mais sérias sobre a aparição de um "santo" ou "monge" na região fronteiriça, especialmente no 6º distrito do município vizinho de Soledade. Conhecida como uma região em si não muito tranquila, de início os rumores foram menosprezados como boatos vazios, ainda que algumas vozes mais sérias tivessem se elevado, relatando forte movimento de pessoas se bandeando para o lado do fanático (KOLONIE, 27 ABR 1938, p. 2).

Confirma a relevância do *santo* monge no princípio do movimento. Destacou que Soledade não seria uma localidade tranquila, provavelmente referindo-se aos conflitos políticos que agitavam o município e a prática da violência existente na região. Relata que os rumores sobre a formação do movimento foram desprezados e que era perceptível o aumento numérico de seguidores do *santo* monge naquela localidade.

O que temos demonstrado até o momento, com a análise da publicação da carta no jornal Kolonie, é a existência de *sinais* e *indícios*, no sentido de Carlo Ginzburg (1989, p. 143-179). Segundo o historiador italiano, ao serem questionados e interpretados, esses sinais e indícios contribuem para a construção de saberes e de informações. Para Ginzburg, "o que caracteriza esse saber é a capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente" (1989, p. 152). Assim, é possível indicar que os Monges Barbudos já seriam conhecidos da comunidade antes de 1938. Por que não foram rejeitados pela comunidade anteriormente? Por que agora? Uma explicação possível pode ser indicada no contexto político, ou seja, um *santo* congregou o grupo e tivemos mais de mil pessoas reunidas na localidade; o conflito entre o grupo religioso

e os moradores do sexto distrito; a questão do comunismo e disputas políticas entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas.

Uma singular reportagem foi publicada no Correio do Povo, em 27 de abril de 1938, estampada numa página inteira, contendo fotografias dos monges presos; e uma entrevista, concedida pelo capitão Riograndino da Costa e Silva, relatando sua missão em Soledade. A reportagem foi intitulada *Os fanáticos alarmavam as populações de Sobradinho e Soledade*. Há dados sobre a remessa das tropas, impressões do capitão sobre os Monges Barbudos, o trabalho de doutrinação, os motivos, que segundo o entrevistado, teriam contribuído para os acontecimentos, os conflitos ocorridos e a pacificação da região. Destacamos a importância das imagens, o que nomeamos de "a fonte dentro da fonte", ou seja, lendo a reportagem temos acesso a uma fonte rara imagens dos Monges Barbudos presos pelos policiais. Visualizamos as ações de repressão ao movimento, o tratamento e a humilhação a que foram expostos. Contribui para a singularidade desta fonte visual é sua inexistência nas demais fontes consultadas. Através da imprensa tomamos conhecimento que "no mesmo dia em que se dera o fato, (...), o governo foi cientificado de tudo o que ocorria, em virtude de comunicação recebida dos delegados de polícia de Soledade e de Sobradinho" (CP, 27 ABR 1938, p. 14).

No Correio do Povo de dezembro de 1938, temos a publicação de uma entrevista de Frei Clemente sobre os Monges Barbudos.

> O caso dos "fanáticos" de Soledade é, cremos, de junho último, muito novo ainda para que o público não o tenha perfeitamente lembrado. Verdade é que chegou a pensar, num dado momento, que o Estado se achava em face de uma questão delicadíssima, talvez capaz de provocar, antes de resolvida, efusão de sangue. Dir-se-ia algum novo Antônio Conselheiro a reunir bandos armados e alucinados, a fim de oferecer resistência à ação legal de repressão e disciplina. [...] Depois, entretanto, das medidas postas em prática no decurso do último inverno, quando se manifestou a existência dos chamados "fanáticos de Soledade", resolveu o capitão chefe de polícia enviar à localidade onde estava sediado o grupo - 6º distrito de Soledade – o vigário daquela paróquia, frei Clemente, acompanhado de um inspetor da polícia, o sr. Sylvio Ronda, para averiguar "in loco" as atividades dos "fanáticos". Para ali dirigindo-se, demorou-se aquele sacerdote uma semana, tempo bastante para observar os hábitos, crenças e disposições dos inquinados desordeiros (CP, 23 DEZ 1938, p. 5).

Na entrevista, relatou que já na sua apresentação descobriu que "[...] essas autoridades municipais queriam fazer uma farra, dando ensejo aos perseguidores daquela gente simples, [...] para saqueá-la, espancá-la e massacrá-la como até aqui tinha acontecido. [...] Porque a força armada já estava pronta em Soledade para serem recomeçadas as mesmas atrocidades de outrora" (CP, 23 DEZ 1938, p. 5). Sobre a acusação de serem comunistas, declarou:

> Os monges da colônia das Tunas eram acusados de comunismo, saques, imoralidade, aversão ao trabalho e não pagamento de impostos. Quanto à primeira parte – comunismo – não há vestígio algum que a fundamente. (...) proclamam obediência absoluta às leis do Brasil e aos princípios gerais da Religião. Dizem que recebiam dinheiro dos comunistas. Eles me responderam que o pouco dinheiro que tinham, fora ganho com o suor do próprio rosto. Trata-se de gente simples e religiosa demais para entrar numa organização diabólica como o comunismo (CP, 23 DEZ 1938, p. 5).

No final da entrevista informa sobre a prática da violência: "– Não vou relatar fatos em relação às violências da polícia, nas várias batidas, porque são impressionantes demais" (CP, 23 DEZ 1938, p. 5).

Apontamentos finais

Demonstramos aqui ser possível identificar nas páginas dos jornais os estereótipos e representações a respeito dos Monges Barbudos. As versões divulgadas pela polícia e pelo pároco local de Soledade destacam a imagem do inimigo, do caboclo indolente, do ignorante, de pessoas desprovidas de cultura. Visões que contribuem para legitimar a repressão que foi imposta aos camponeses na Semana Santa de 1938 e nos meses que se seguiram, com a proibição e caça aos remanescentes do movimento que mantinham sua fé na figura taumatúrgica do *santo* monge.

Referências

BARROS, José D'Assunção. Fontes históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a pesquisa histórica. *Mouseion*, n.12, mai/ago, p. 129-159, 2012.

ELMIR, Cláudio Pereira. Armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos do PPG em História da UFRGS*. Porto Alegre, n. 13, dez. 1995.

FILATOW, Fabian. *Do sagrado à heresia: o caso dos Monges Barbudos (1935-1938).* Porto Alegre: UFRGS, 2002. (Dissertação em História).

_____. *Política e violência em Soledade – RS (1932-1938)*. Porto Alegre, 2015. Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, RS, 2015.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. A imprensa como fonte: apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica. *Bilros*, Fortaleza, v. 4, n. 6, p. 11-29, jan.- jun. 2016.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4ª ed. Campinas: Unicamp, 1996.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanesi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

MONTEIRO, Charles. História e Fotojornalismo: reflexões sobre o conceito e a pesquisa na área. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 8, n. 17, p. 64 - 89. jan./abr. 2016.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas.* São Paulo: Contexto, 2008.

SILVA, Márcia Pereira da; FRANCO, Gilmara Yoshihara. Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. *Revista História em Reflexão*, vol. 4 n. 8 – UFGD - Dourados jul/dez, p. 01-11, 2010.

SOSA, Derocina Alves Campos. *A história política do Brasil (1930-1934) sob a ótica da imprensa gaúcha*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2007.

WITTER, Nikelen Acosta. *Males e epidemias: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)*. Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói, RJ, 2007.

"Nada necessito escrever": diários e memórias de veteranos brasileiros na Segunda Guerra Mundial

Guilherme Nicolini Pires Masi[6]

O preconceito que muitas vezes setores da academia carregam contra temáticas militares se dá, em grande medida, pelos longos anos de regime civil-militar que impôs duras penas à população brasileira e especialmente danosa à comunidade acadêmica.[7] O curto período democrático que vivemos após fim da ditadura civil-militar trás consigo a liberdade e a necessidade de estudarmos criticamente os fenômenos e as instituições militares. Assim é imprescindível não só compreendermos o histórico caráter protagônico das Forças Armadas brasileiras, mas o processo de profissionalização e doutrinamento dos homens e mulheres que atuaram nessas organizações. Apesar da suposta "liberdade acadêmica" na qual vivemos, é ainda frequente a falta de interesse de muitos historiadores/as pela história militar brasileira, o que pouco ajuda, ou melhor, muito atrapalha a compreensão crítica e aprimorada dos fenômenos históricos que envolvem os/as militares e suas instituições. Contudo, este é um campo em crescimento.

Atualmente, a historiografia militar brasileira passa por um processo de renovação. A chamada "Nova História Militar" (NHM) é hoje um campo aberto para experiências e novidades tanto teóricas quanto metodológicas. Epistemologicamente, a NHM alinha-se aos recentes paradigmas historiográficos, explicitando-se no alargamento de seus campos ao incorporar novas teorias, métodos, técnicas além de problemáticas provenientes de outras áreas do saber, tais como Antropologia, Ciências Políticas, Filosofia, Psicologia, Sociologia, Relações Internacionais, pensamento estratégico, Políticas de Defesa Nacional, dentre outras. Os estudos desse campo historiográfico transbordam o perfil multidisciplinar, esparramando seus interesses não apenas sobre as lógicas próprias das instituições militares, mas abrangendo, além dos espaços de conflito, relações entre civis e militares, tradições e canções, discursos e memórias. Luiz Carlos Soares e Ronaldo Vainfas (2012, p. 120) também destacam para a uma tendência *"antropologizante"* da NHM que passa a ser reincorporada pela academia, desvinculando-se das instituições militares. As pesquisas passam a buscar as diferenças e possibilidades de atuação no seio de um mesmo exército, além das:

[6] Graduado em História pela universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: guilhermenpm@gmail.com.br.

[7] Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay no capítulo *Da História Militar à "nova" História Militar* escrevem um panorama geral da história militar acadêmica, e sua trajetória no Brasil. O capítulo que introduz o livro *Nova História Militar brasileira* dedica-se, também, a uma apresentação dos autores e dos artigos contidos no livro (CASTRO; IZECKSOHN; KRAAY, 2004, p. 13).

> Metamorfoses identitárias dos soldados; as relações entre pelotões em missão com as comunidades em contato; a experiência individual dos combatentes, a dor, o sofrimento, o voluntarismo, a covardia, a esperança na vitória ou na simples sobrevivência. Buscar o *rosto da batalha* passou a ser um dos propósitos da disciplina, em vez de narrá-la pelo alto (SOARES; VAINFAS, 2012, p. 121).

Enfim, são múltiplos os enfoques temáticos que aprimoram a produção textual e o debate decorrente, gerando análises mais depuradas e debates qualificados sobre os militares do passado e do presente. Dessa forma, os/as historiadores/as distanciam-se daquela função tradicional, didática, legitimadora, patriótica e comemorativa, representada pela "escola das bandas marciais" – *drums and trumpets* (MATLOFF, 1982, p. 426) – e assumem a noção de uma reconstrução, pelo/a historiador/a, do processo histórico e consideram que:

> os militares brasileiros não se encontram isolados da sociedade abrangente, embora possam guardar uma *relativa* autonomia em alguns aspectos e épocas específicas. Seria difícil, portanto, tratar a história militar como algo inerentemente distinto da história mais ampla da sociedade de onde soldados e oficiais são recrutados (CASTRO; IZECKSOHN; KRAAY, 2004, p. 12).

Adotando "uma postura eminentemente técnica como ferramentas interpretativas das instituições militares como forças sociais de tempos de guerra e de paz", tanto os historiadores/as civis como os militares vêm buscando ventilar suas pesquisas com o amplo arcabouço teórico-metodológico que hoje pautam os mais atuais debates historiográficos.

Da mesma maneira que a História Militar, as trajetórias pessoais estiveram eclipsadas por um longo período dentro do mundo acadêmico. Não cabe aqui detalhar as nuances que trouxeram a atenção dos historiadores às trajetórias pessoais, nem à construção de narrativas biográficas, mas é válido destacar que hoje esse é um campo que cresceu, especialmente a partir da crise do paradigma estruturalista e a ascensão da História Cultural. Atualmente muitos trabalhos alertam para os problemas que se colocam aos/as historiadores/as que se propõem a narrar trajetórias pessoais. A autora Adriana Barreto Souza, que escreveu uma biografia de Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, patrono do Exército Brasileiro, alerta que o espaço para as biografias na História continua ainda de certa forma limitado. Para Adriana Souza, ainda predominam dois usos da biografia: a biografia representativa e o estudo de caso. A primeira sobrevém da ideia de se produzir uma síntese que represente uma determinada coletividade em contraposição a uma análise que busque o que há de singular nessa trajetória. A segunda ilustra bem o procedimento, um estudo de caso precedido de uma análise estrutural – "o contexto" –, para só depois ser inserido ilustrativamente dentro daqueles quadros explicativos.

> Recoloca-se aqui a questão velha como o mundo, e fundamental àqueles que desejam realizar biografias históricas, da relação entre indivíduo e sociedade. Como

> escrever uma vida evidenciando o seu caráter ao mesmo tempo social e particular? De que maneira dar conta do feixe de relações que determinam as características e ações de todo o indivíduo, sem reduzi-lo a elas? (SCHMIDT, 2012, p. 195).

A historiadora brasileira Ângela de Castro Gomes, organizadora do livro *Escrita de Si, Escrita da História* (2004), define em seu prólogo o que se compreende por "práticas da escrita de si" ou "escrita autorreferencial". Para a autora, essas práticas devem ser entendidas dentro de um conjunto de ações que variam desde o próprio exercício da escrita até o recolhimento e preservação de objetos materiais que constituíram uma "memória de si". Esses atos biográficos, como afirma Ângela de Castro Gomes, evidenciam a relevância para os homens e mulheres, mesmo que inconscientemente, de "dotar o mundo que os rodeia de significados especiais, relacionados com suas próprias vidas, que de alguma forma precisam ter qualquer característica excepcional para serem dignas de serem lembradas" (GOMES, 2004, p. 11). Mas não só. Também seus antigos objetos pessoais tais como medalhas, diplomas, fotografias, cartas, fardamentos e armas que "materializam a história do indivíduo e dos grupos a que pertence" (GOMES, 2004, p. 11). Esses artefatos, junto com outros documentos que fazem referência ao período que o soldado brasileiro Solon Rodrigues D'Avila esteve no Exército e na Guerra, constroem uma "identidade para si, através de seus documentos" e compõem registros de sua "vida militar".

> [...] decorrem inúmeros questionamentos: quantos "eus" de cada existência o historiador pode resgatar em suas fontes? Como pode a narrativa histórica – tão afinada com o romance realista – representar a descontinuidade e a fragmentação de uma biografia? (GOMES, 2004, p. 11).

A escrita de si pode ser vista como uma história espontânea e amadora, mas que organiza indícios históricos, cerzindo conjuntos de temas que dizem muito a respeito dos domínios da vida social e privada. Nas entrelinhas dessa escrita aparece a coletividade que envolve e condiciona os indivíduos, mas que ao mesmo tempo os força a falar umas coisas e a calarem sobre outras. De acordo com a historiadora Maria Teresa Cunha, a escrita de si, quando usada para contar, conserva e guarda a experiência humana, "salva do esquecimento e fixa no tempo vestígios do passado" (CUNHA, 2015, p. 251). Escrever constitui, ainda, uma forma de produção de memórias e passados. Dessa forma, os diários – e aqui especificamente o diário de campanha – nos possibilitam uma ótima fonte de investigação histórica, sobretudo porque apesentam uma grande carga de subjetividade.

Esquecidos ou muito bem guardados, os diários emergem do tempo, sobreviventes de anos em caixas ou fundos de gavetas. Cúmplices de instantes, permanecem silenciosos por anos. Frágeis guardiões, sustentam-se impávidos aos segredos do inconsciente que carregam

em seu âmago. Altares de memória, recebem como oferendas sentimentos que singram suas linhas. Queixosos do fogo e das traças que os profanam, tornam-se relicários para historiadores/as que os desnudam.

> Escritos a mão, materializados em papel e tinta, os diários eternizam, em folhas amarelecidas pela passagem do tempo, ideias, saberes, valores, acontecimentos e dizeres, além de fantasias, medos e experiências – tudo isso são representações de um outro tempo que dão sentido ao mundo social, criando outras realidades (CUNHA, 2015, p. 253).

Maria Teresa Cunha alerta para a necessidade de não nos deixarmos seduzir pelos encantos dos diários, especialmente por se tratarem de fontes que, "por suas características físicas (manuscritos, em cadernos com lindas capas, às vezes fechados a chave, escrita intimista a confessar segredos da alma e do corpo), tendem a despertar sensações nostálgicas e até um certo fascínio" (CUNHA, 2015, p. 260), o que acabaria por desviar o/a historiador/a de seus objetivos. Dessa forma, ela aponta para a necessidade de submetermos os diários "a uma operação historiográfica", para que o/a pesquisador/a "não seja apanhado pelas armadilhas da subjetividade ou do efeito de verdade" (CUNHA, 2015, p. 260). Ao assumirem diários como objetos de seus estudos, os/as historiadores/as devem percebê-los como atos de memória e "redutos de expressões de sensibilidades que, mesmo em seus traços descontínuos, são modos de fazer e compreender a vida do dia a dia" (CUNHA, 2015, pp. 259-260). E devem evitar tomar os diários como uma narrativa que trata a vida como uma linha reta, progressiva e coerente, ou seja, incorrer naquilo que Pierre Bourdieu, em seu célebre texto, chama de *ilusão biográfica* (1998). Da mesma forma, ao narrar trajetórias desses/as diaristas, os/as historiadores/as devem estar atentos para não tomarem aquelas vidas com uma linha fixa e pré-moldada, mas, como destaca o historiador Benito Schmidt, dentro de um "campo de possibilidades, espaço para formulação e implementação de projetos individuais e coletivos; projeto nesse caso designando não um plano perfeitamente organizado e racionalizado, mas a conduta organizada para atingir finalidades específicas" (SCHMIDT, 2012, p. 95). As trajetórias propiciam para os/as historiadores/as um meio de "percorrer em múltiplos espaços e tempos as relações nas quais elas se inscreviam. A inversão da estratégia analítica, construída agora a partir de dados fornecidos pelos arquivos, alterou significativamente a visão dos fatos" (SOUZA, 2007, pp. 29-30).

Referências

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica**.** In AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (coordenadoras). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1998. pp. 183-191.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil***.** RJ: Zahar, 2005.

CASTRO, Celso. *O Espírito Militar: um antropólogo na caserna.* 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. RJ: FGV, 2004.

COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca de Identidade: O Exército e a politica na sociedade brasileira.* Rio de Janeiro: Record 2000, p.114.

CUNHA, Maria Teresa. Diários Pessoais. Territórios abertos para a História**.** In Carla Bassanezi Pinski e Tania Regina de Luca (Orgs.). *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2015.

D'AVILA, Solon Rodrigues, 2001. In MOTTA, Aricildes de Moraes (Org). *História oral do Exército na Segunda Guerra Mundial*. Tomo: 7. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.

FERRAZ, César F. *A guerra que não acabou: A reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945 – 2000).* Tese de Doutorado. (Doutorado em História). USP, 2003.

_____. *Os Brasileiros e a Segunda Guerra Mundial.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

_____. *Considerações historiográficas sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial: balanço da produção bibliográfica e suas tendências.* In. Dossiê Brasil na Segunda Guerra Mundial, Revista Esboços, Florianópolis, v. 22, n. 34, jul. 2016.

GOYOS JÚNIOR, Durval de Noronha. *A campanha da Força Expedicionária Brasileira pela libertação da Itália.* São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da História***.** Ângela de Castro Gomes (Org). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____; SCHMIDT, Benito Bisso. **Memórias e narrativas (auto)biográficas**. Ângela de Castro Gomes e Benito Bisso Schmidt (Orgs). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

JAHNEL, Claudia Bettina Irene Römmelt. *O arquivamento do Eu: O Diário de Hugo Delitsch e as lembranças de Emma Antom.(1844-1859).* Tese de Doutorado(Doutorado em História). Curitiba, UFPR, 2002.

KEEGAN, John. *Uma história da guerra***.** São Paulo: Cia das Letras, 2006.

_____. *A Batalha e a História*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2006.

LINS, Maria de Lourdes Ferreira. *A Força Expedicionária Brasileira: Uma Tentativa de Interpretação*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História). USP, 1975.

LOUREIRO, Marcello José Gomes. A produção da história militar recente: desafios e perspectivas. In: *III Seminário de Estudos: Poder Aeroespacial e Estudos de Defesa*. Programa de pós-graduação em Ciências Aeroespaciais – UNIFA. Rio de Janeiro, 2010, v. I. p.113. Disponível em: <https://www.unifa.aer.mil.br/seminario3_pgrad/trabalhos/marcello-jose-gomes-loureiro.pdf> Acesso em 01 setembro 2015.

LUVAAS, Jay. História Militar – O ponto de vista de um Historiador Clássico**.** In WEIGLEY, Russell F. *Novas Dimensões da História Militar*. Volume 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981-82.

MANCUSO, Amanda Pinheiro. A História Militar: notas sobre o desenvolvimento do campo e a contribuição da História Cultural**.** *Revista História em Reflexão*: Vol. 2 n. 4 – UFGD - Dourados jul/dez, 2008.

MATLOFF, Maurice. A Natureza e o Escopo da História Militar**.** In WEIGLEY, Russell F. *Novas Dimensões da História Militar*. Volumes 2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1982.

MAXIMINIANO, César Campiani. Neve, fogo e montanhas: a experiência brasileira de combate na Itália (1944/1945). In CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. RJ: FGV, 2004., pp.344-345.

McCANN, Frank D. A Força Expedicionária Brasileira na Campanha da Itália, 1944-1945**.** In: SILVEIRA, Joel e MITKE, Tassilo. *A Luta dos Pracinhas: A FEB 50 anos depois – Uma Visão Critica*. Rio de Janeiro: Record, 1983.

_____. *A aliança Brasil-Estados Unidos***.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

OLIVEIRA, Dennison de (Org). A Força Expedicionária Brasileira E A Segunda Guerra Mundial - Estudos E Pesquisas**.** *II Seminário de Estudos sobre a Força Expedicionária*

Brasileira, 2 e 3 junho, Curitiba, PR, Brasil: [anais]. Editor Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército – Curitiba: [s.n.], 2011.

_____, Dennison de. *Aliança Brasil-EUA: Nova História do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Curitiba: Joruá, 2015.

_____, Dennison de. *Extermine o Inimigo: Blindados brasileiro na Segunda Guerra Mundial*. Curitiba: Joruá, 2015.

SOUZA, Adriana Barreto de. Trajetórias militares, política imperial e escrita da história**.** In *MÉTIS: história & cultura*. – v. 2, n. 3, p. 95-108, jan./jun. 2003 p. 95-108.

_____. Biografia e escrita da História: reflexões preliminares sobre relações sociais e de poder**.** *Revista Universitária Rural: Série Ciências Humanas*. Seropédica, RJ: EDUR, v.29, n.1, p.27-36, jan-jul, 2007.

_____. A metamorfose de um militar em nobre: trajetória, estratégia e ascensão social no Rio de Janeiro joanino**.** *Revista Tempo,* v. 12, n. 24, p. 54-73, 2008.

_____. Experiência, configuração e ação política: uma reflexão sobre as trajetórias do duque de Caxias e do general Osório**.** *Revista Topoi,* v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009, p. 90-111.

SCHMIDT, Benito Bisso. Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. *História Unisinos*, v.8, n.10, p.131-142, jul;dez.2004.

_____. História e Biografia**.** In. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

TEIXEIRA. Nuno S. A história militar e a historiografia contemporânea**.** In *Revista A Nação e a Defesa*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, 1991, ano XVI, nº 59, pp. 53-71.

WEIGLEY, Russell F. *Novas Dimensões da História Militar. Volumes 1 e 2***.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981-82.

Migração e memória: a polifonia no processo da construção das territorialidades maranhenses na cidade de Boa Vista/RR

Francisco Marcos Mendes Nogueira[8]

> "(...) *os homens 'vivem', ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por um sistema de relações existenciais e/ou produtivas*".
> (RAFFESTIN, 1993, p. 158)

Os estudos migratórios estão cada vez mais em evidência, graças a diferentes tendências teórico-metodológicas. Desse modo, na atualidade, há um revigoramento com contornos epistemológicos e empíricos a partir dessa temática. Nessa perspectiva, a questão em torno do Território se mostra cada vez mais profícua nas análises em que têm as relações, as interações e os fenômenos sociais como pano fundo, especialmente por meio do processo migratório, assim como na construção dos territórios simbólico-culturais.

Nessa perspectiva, a questão Territorial acaba por se impor como um campo fértil e profícuo para desvelar as relações, as interações e os fenômenos sociais que são constituídos a partir do contexto migratório. Essa condição acaba por afetar as relações territoriais tanto para os que partem como para os que ficam, ou seja, afeta tanto a realidade do lugar de origem como a de destino. É mister destacar que se entende como fenômeno social a própria realidade concreta em que o sujeito migrante está inserido, pois ela é ao mesmo tempo parte da experiência vivida, percebida e concebida.

Posto isso, o presente texto busca lançar alguns apontamentos sobre a territorialização dos migrantes maranhenses, na cidade de Boa Vista/RR[9], entre os anos de 1991 e 2010. O recorte espacial justifica-se devido à cidade concentrar o maior número de migrantes maranhenses no estado. Essa realidade nos permite constituir um *corpus* documental por meio das fontes orais, para tanto, temos os seguintes critério de inclusão dos sujeitos: ser maior de idade, concordar com a pesquisa por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), além de ser natural do estado do Maranhão.

Assim, adota-se a metodologia da História Oral (OH) como fonte privilegiada na análise e compreensão dos fenômenos socioculturais que envolvem a questão migratória e, consequentemente, a utilização e a produção das territorialidades. Portelli (1997, p. 36)

[8] Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: marcos2201@gmail.com.

[9] Roraima é o estado mais Setentrional do País. Ele faz fronteiras com a República Bolivariana da Venezuela, ao Norte e Noroeste; a República Cooperativista da Guiana, ao Leste; e com os estados brasileiros, Pará, Sudeste; e Amazonas, Sul e Oeste. Roraima passou a condição de estado, somente, com a promulgação da Constituinte de 1988. Atualmente, o estado é composto por 15 municípios e com uma população de aproximadamente 505 mil habitantes (IBGE, 2010).

argumenta que as "***fontes orais são fontes orais***". Assim**,** a narrativa tem uma relação direta com a memória e a intencionalidade do sujeito em narrativizar-se por meio do discurso multivocal.

Por essa razão, "as histórias narradas amealham vozes revividas e constelações de imagens, enredando os fios da existência" (FERREIRA; GROSSI, 2004, p. 42). Nessa perspectiva, coadunamos com Ferreira e Grossi (2004, p. 44) quando afirmam que o sentido que o narrador dá não visa reproduzir o acontecido, porém, "construir o vivido através das palavras, imagens, discursos". Essa capacidade confere ao sujeito narrador "o poder de dizer, dizer-se, dizer-nos, o poder de resistir em sua singularidade, procurando apenas uma abertura dialógica" (FERREIRA; GROSSI, 2004, p. 44).

Argumenta-se que o território é um todo ambivalente, na medida em que sua construção e/ou a produção se dá a partir dos movimentos históricos e das relações sociais que são estabelecia pelos sujeitos sociais. Nesse caso, com base no exposto, leva-se em consideração o território como uma dimensão social em que há diferentes atores sociais e diferentes interesses por parte desses atores, pois "o território compõe de forma indissociável a reprodução dos grupos sociais, no sentido de que as relações sociais são espacial ou geograficamente mediadas" (HAESBAERT, 2011, p. 54).

Haesbaert (1997, p. 42) lembra que o Território envolve:

> ao mesmo tempo mas em diferente graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de 'controle simbólico' sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos.

A partir dessa linha de pensamento, pode-se inferir que a territorialização se inscreve sempre numa perspectiva de poder, não apenas no sentido da apropriação física ou material, mas também nas dimensões simbólico-culturais. É mister distinguir o "Território como instrumento de Poder Político" do "Território como espaço de identidade cultural", conforme propõe Haesbaert (1997). Para o autor, no primeiro caso, o Território remete a uma dimensão estatal, ao passo que, no segundo, predomina a dimensão cultural e da subjetividade na apropriação simbólico/cultural ao território.

Assim, a migração de maranhenses nos revela que a des-re-territorialização se apresenta como um movimento contínuo, no qual a reterritorialização se caracteriza no movimento de construir novos territórios no lugar de destino, ainda que, na sua construção, existam elementos de continuidade e descontinuidade, de materialidade e imaterialidade. Nesse caso, Haesbaert (2012, p. 101) adverte que é preciso pensar a "territorialização e a

desterritorialização como processos concomitantes, fundamentais para compreender as práticas humanas", ou seja, na medida em que ocorre a desterritorialização se processa a reterritorialização.

Como já mencionado, a territorialização é um movimento de (re)produção social, cultural e simbólica, e seguindo essa linha de pensamento, Saquet (2007) expõe que essa dinâmica é cada vez mais complexa porque nela envolvem forças produtivas por meio de máquinas, redes de circulação e comunicação. Da mesma forma, o autor afirma que "a definição de territorialidade extrapola as relações de poder político, os simbolismos dos diferentes grupos sociais e envolve, ao mesmo tempo, a dinâmica econômica centrada em seus agentes sociais" (SAQUET, 2007, p. 70).

Nesse sentido, a reprodução territorial, bem como sua apropriação por meio da territorialização faz sobressair elementos identitários, sociais e culturais. Vale mencionar que a territorialidade não é algo "abstrato", estabelecido por meio das relações afetivas ao lugar de destino, mas ela se configura como uma dimensão (i)material de inserção sociocultural por parte do migrante. Santos (2012, p. 138) discorre que "o Território habitado cria novas sinergias" e acrescenta, ainda, que "o Território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimos de espaço humano, espaço habitado".

A organização territorial, assim como sua territorialização, passa pela versatilidade dos elementos do vivido e do cotidiano, nos quais o indivíduo em contexto de "mobilidade" é capaz de utilizar distintas dimensões e funcionalidades. Registra-se que a des-re-territorialização não é um simples ativar ou desativar elementos de pertencimento ou de "desligamento" do indivíduo. Para Haesbaert (1997), o mundo hoje é dotado de múltiplas territorialidades. Nessas múltiplas territorialidades ocorrem, então, múltiplos processos de territorialização nos quais os indivíduos ativam os elementos de relação-apropriação territorial a partir dos seus interesses pessoais e/ou sociais.

Logo, pensar "Territórios" no plural e não no singular, remete à possibilidade de existência de diversos territórios dentro do próprio Território. Vale reforçar que todo território é funcional e nele há sempre uma carga de simbolismo. Nesse caso, Haesbaert (2008) salienta que o "território simbólico" se dá a partir de processos de apropriação e da diferença. Entendendo a apropriação como algo construído e não dado ou acabado, a diferença, por sua vez, remete à maneira pela qual a territorialização é percebida – nós e eles, por exemplo.

Nesse caso, a diferença é vista e percebida por meio das referências identitárias. Haesbaert (1997) afirma que as referências identitárias ligam-se e se unificam a partir de um espaço simbólico. Esse, por sua vez, serve como distintivo. No caso do migrante maranhense,

por exemplo, a relação que há com o lugar de destino por meio do espaço-territorial/simbólico se dá a partir de uma "transposição geografia da identidade", entendida de forma não-linear.

No presente texto, a transposição é entendida por meio dos elementos socioculturais em que os indivíduos têm e assumem como elementos identitários. É preciso considerar que a identidade que tratamos não é tomada pela perspectiva ontológica ou fixa, entendemos a identidade como uma construção sociocultural dentro de um processo contínuo. Bauman (2005, p. 91-96) pensa as identidades enquanto "anseio por segurança", entretanto, segundo ele, "a construção da identidade assumiu a forma de uma experimentação infindável", na qual "você nunca saberá ao certo se a identidade que agora exibe é a melhor que pode obter e a que provavelmente lhe trará maior satisfação".

Saquet (2009) alerta que essas relações e ações só podem ocorrer com a reciprocidade dos agentes sociais, ou seja, o sujeito tem que querer fazer parte, o que se liga o interesse do "eu" com o "nós". Essa consciência pode não ser percebida naturalmente. Por exemplo, o migrante Pedro (2014) descreveu que só "descobriu o Maranhão depois que saiu do Maranhão". Assim ele descreve sua experiência:

> Bem para iniciar eu moro aqui desde 1998 que eu moro aqui em Boa Vista, Roraima depois de 10 anos. Em 2008 eu tive que retornar ao Maranhão por motivos particulares passei lá um ano e meio, e lá me deparei, né?! Em São Luís do Maranhão com a grande cultura dos maranhenses. Foi em São Luiz e em parte das cidades do Maranhão e me deparei com o Folclore, com o bumba meu boi, pra mim aquilo foi me apaixonando sabe, uma paixão que quando eu estava lá, não tinha percebido isso.

Ao retornar ao Maranhão o narrador infere que passou a olhar com "outros olhos" a cultura do seu estado de origem, pois por muito tempo ela passou despercebida, quando não "ignorada". A partir desse ponto é possível inferir que os elementos ou as expressões culturais não faziam sentido para o narrador como identificação ou como vínculo territorial. Segundo Pedro (2014) a Cultura estava ali presente no seu dia-a-dia, entretanto, pelo víeis do Cultural e do Simbólico, essas expressões, por exemplo, não faziam sentido como identidade maranhense. Esses vínculos e a percepção só ocorreram quando o narrador voltou para Roraima e, consequentemente, se deu conta da riqueza material e simbólica que há nos elementos culturais do estado do maranhão.

Assim, para Pedro (20140 "***o contato com a cultura maranhense (...)",*** ao retornar ao Maranhão em 2008, fez com que o narrador declarasse – ***"eu fiquei apaixonado pelos elementos culturais do Maranhão***". É dentro desse contexto de olhar com "outros olhos" que ocorreu a ressignificação identitária por parte do narrado através da "cultura maranhense". Tanto que, ao retornar a Boa Vista, em 2009, Pedro Lima (2014) "trouxe" a ideia de dar

visibilidade à cultura maranhense por meio de uma festa temática, isto é, nasceu, assim, o desejo de criar o Arraial dos maranhenses, o qual deveria ter como título "O MARANHÃO É AQUI!".

Consequentemente, o Arraial dos maranhenses, segundo o nosso narrador, deveria destacar "***a riqueza que há no Maranhão***" por meio dos elementos culturais e identitários presentes na culinária, dança e religiosidade, por exemplo. Para justificar, então o Arraial, levou-se em consideração ao expressivo número de maranhenses que há em Roraima, em particular na Capital, Boa Vista; outro fator, destacado por Pedro, a participação significativa desses migrantes na Comunidade Católica São Raimundo Nonato, localizada no Bairro Santa Luzia, fato que, favorecia a possível realização do Arraial dos maranhenses.

Além das justificativas já pontuadas, o Arraial serviria de "vitrine" para "***destacar uma imagem positiva dos maranhenses, haja vista o preconceito que muitos migrantes sofrem por serem maranhenses***", como ressaltou Pedro (2014). Depois de apresentar a ideia à Comunidade São Raimundo Nonato, então, foi preciso definir o dia que o Arraial aconteceria. Para o narrador – "***a festa deveria acontecer no mês de junho. Junho é um mês bem festivo, né? Bem comemorativo né!***", ou seja, as referências que nortearam a implantação do Arraial consistiam na tradição que há no Nordeste em festejar São João e São Pedro, respectivamente, 24 e 29 de junho. Assim, em 2010, na Igreja de São Raimundo Nonato, aconteceu o primeiro Arraial dos maranhenses – O MARANHÃO É AQUI!.

Portanto, podemos inferir que a moldagem de cada território ocorre a partir de diferentes dimensões e forças, não podendo ser compreendido de forma compartimentada ou estática, mas dentro de uma totalidade sociocultural. Nesse sentido, a territorialização do migrante, nesse caso a dos maranhenses, pode ser vista como um meio de referência individual e/ou coletiva. Assim, a construção do território simbólico-cultural dos maranhenses não só configura, mas fortalece e ressignifica a identidade do ser maranhense, pois ele é, ao mesmo tempo, expressão do vivido, do percebido e do concebido. Consequentemente, não há perda da "identidade territorial" no ato da migração. O sujeito migrante reconfigura e reafirma o seu pertencimento a partir das mediações culturais no lugar de destino.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade.* Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

FERREIRA, Amauri Carlos; GROSSI, Yonne de Souza. A narrativa na trama da subjetividade:perspectiva e desafios. In: *História Oral:* Revista da Associação Brasileira de história Oral. v.9, n.1, jun, Rio de Janeiro: ABHO,2004.

HASBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade*: a rede "gaúcha" no Nordeste. Niterói/RJ: EdUFF, 1997.

_____. Concepções de território para entender a territorialização. In: *Território, território:* ensaio sobre o ordenamento territorial. 3ªEd. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

_____. *O mito da desterritorialização*: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 7ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. (Trad.) Maria Therezinha Janine Ribeiro. In: *Projeto História*, São Paulo (14), Fevereiro, 1997.

RAFFESTIN, Claude. O que é Território?. In: *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993 [1980], p. 143-163

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço* – técnica e tempo. Razão e emoção. 4ªed. São Paulo: EdUSP, 2012.

SAQUET, Marco Aurélio. As diferentes abordagens do Território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. In: *Revista Geosul*, Florianópolis, v.22, nº43, pp.55-76, jan./jun., 2007.

_____. Por uma abordagem territorial. In: *Territórios e territorialidades*: teorias, processos e conflitos. (Org's) Marcos Aurélio Saquet; Eliseu Savério Sposito. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

Fonte oral

Pedro Lima da Costa – Natural de São Bernardo, Maranhão. Entrevista gravada no dia 12 de fevereiro de 2014, Boa Vista/RR.

Do Inferno ao Sendero Luminoso: o papel do historiador e a ficção reprimida

Mario Marcello Neto[10]

"Pós-Era" ou a "Era Pós-tudo"? Do sintoma à doença!

Um dos fenômenos mais explicativos da nossa contemporaneidade é o que muitos autores optaram por chamar de "pós-modernidade", ou mundo "´pós-moderno". Por mais complexo, difícil e criticável que essa forma de ver a sociedade atual tem, seus diagnósticos e percepções acerca do mundo vivido nos permitem pensar não só a sociedade atual, bem com a função (e quando digo função quero dizer "a necessidade") do historiador em um mundo pós-moderno. O fenômeno mais marcante do mundo pós-moderno é, para Jamenson (1999), a ausência de utopias mobilizadoras de massas, acompanhado por aquilo que Huyssen (2014) chamou de um "boom de memória". Esses dois fenômenos, juntos, contribuíram para a configuração da sociedade atual em moldes diferenciados do que havia anteriormente. Essa sociedade pós-moderna produz outras formas de percepção da realidade, de socialização e comunicação. Muitas dessas possibilidades de interação e percepção do mundo não são novidades no mundo pós-moderno. É sabido que sua gestação se dá em tempos anteriores, na maioria dos casos, mas é num contexto pós-moderno que se encontra reverberação, importância e validação social.

Para além dos pontos listados acima, uma outra discussão ganha corpo no cenário político atual e deve ser percebida no campo das humanidades como uma forma de repensar seu próprio ofício. As discussões acerca da "pós-verdade", proposta por Eric Alterman (2004), são fundamentais nesse contexto para entendermos quais as demandas atuais para os historiadores. Para Alterman (2004), as discussões e discursos políticos hoje não são mais definidos por factualidades ou dados (sejam eles adulterados ou não) que legitimem seus argumentos, podendo esse conjunto de dados ser falso, embora haja uma tentativa de legitimação. O apelo à emoção, o discurso dominado por sentimentos extremados, principalmente pela dualidade ódio *versus* amor; são premissas básicas de uma era da "pós-verdade". Em tempos atuais, a verdade factual não tem a importância de outrora, pensada como basilar de um discurso, mesmo que com dados fraudados havia a tentativa de comprovação. Hoje, um bom discurso político não tem apelo nem sustentação em dados

[10] Doutorando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: mariomarceloneto@yahoo.com.br.

empíricos, mas na sua capacidade de mobilizar e estimular ações a partir de sentimentos extremados que são estimulados por discursos políticos atuais. A circulação rápida de informação é uma aliada muito grande nesse mundo da "pós-verdade", uma vez que não há a necessidade da verificação da veracidade dos discursos, apenas é julgada a sua possibilidade de verossimilhança, permitindo com que a mentira e a verdade deixem de ser conceitos antagônicos (que, na prática, nunca foram), ao contrário do que acreditavam boa parte dos historiadores dos dois últimos séculos.

Do Inferno ao Sendero Luminoso

Na "era pós-tudo", brincar com a realidade, ou com a fronteira entre aquilo que a modernidade cunhou como ficção e realidade são sempre exercícios necessários e provocantes. Neste sentido, Alan Moore, o roteirista de história em quadrinhos mais famoso do Reino Unido, conhecido por suas histórias complexas e recheadas de críticas sociais, junto com o ilustrador também britânico Eddie Campbell, recriaram um dos crimes mais famosos de toda a história da humanidade, supostamente cometido pelo criminoso mais popular nas histórias de ficção: Jack, o estripador. Para embarcar nessa incursão a essa história que se passa no centro da era Vitoriana, Moore e Campbell recorrem ao recurso de ficcionalizar a realidade de forma tão simétrica que fica quase impossível dissociar uma coisa da outra. A história em quadrinhos se passa na Londres do século XIX, mais especificamente nos momentos que antecederam os famosos casos de mortes de prostitutas londrinas que tinham seus corpos totalmente mutilados, ou seja, estripados. Para reconstituir esses crimes do século XIX, Moore recorreu a diversas biografias e estudos de fontes entre outros materiais que permitissem a reconstrução detalhada do crime. Como o crime, fora do universo literário, nunca obteve resolução, julgamento e culpados, realizar essa tarefa demandou, além de muito estudo, uma acurada ousadia e destreza para listar nomes de pessoas e famílias que estiveram diretamente envolvidas no caso.

A versão apresentada por Alan Moore sobre os crimes diz respeito a uma série de assassinatos de prostitutas em virtude da gravidez de uma delas do príncipe Albert Victor – neto da rainha Vitória – e do conhecimento das outras suas amigas da existência do filho bastardo. Segundo essa versão, a rainha Vitória estaria diretamente envolvida como mandante dos crimes. A parte de estripar os corpos ficou a cargo da megalomania do doutor da realeza William Gull.

Ao final, Moore estabelece uma comparação entre o complô organizado pela família real para esconder a história e a ausência de identidade do criminoso de tamanha crueldade como a essência da vida do ser humano: cruel, sombrio e até mesmo os mais recatados seres são capazes de cometer as piores atrocidades, escondidos, sorrindo e posando de bons moços para a sociedade hipócrita. Essa licença poética permitida a livros de ficção permitiu uma reflexão para além da factualidade, ou seja, não importava apenas que foi o assassino, nem o envolvimento da rainha, mas sim sabe que todo esse processo faz parte da essência do ser humano. Chama a atenção que até mesmo as pessoas mais finas e elegantes (ou principalmente elas) são capazes de atrocidades poucas vezes vistas. Essa liberdade que as histórias ficcionais têm e que julga-se proibida na historiografia permite mobilizar as emoções, constituir elementos de diálogo direto com o leitor, estabelecer críticas e sentidos para aquilo que é lido com relação ao passado. Algo mais do que necessário em tempos atuais.

Todavia, já na América do Sul, as memórias dos regimes ditatoriais são sempre conturbadas, difíceis e, por vezes, turvas. Além disso, os grupos que salvaguardam memórias de grupos que lutaram contra o poder estabelecido esbarram em situações as quais fica difícil dizer de que lado se está: vítima ou culpado? Pensar apenas nessa dualidade não permite compreender a metade final do século XX na América Latina. Na tentativa de aclarar um pouco mais essas questões é que o pesquisador e colorista Luis Rossel, bem como o roteirista e divulgador da cultura popular peruana Alfredo Vilar e o magnífico ilustrador Jesús Cossío, que utiliza o estilo andino de arte nos seus quadrinhos documentais, resolveram narrar um período mais complexo e irresolvível da história peruana: as atividades realizadas pelo Sendero Luminoso.

Para quem não conhece, apresento brevemente o que foi o Sendero Luminoso: uma reorganização e dissidência do Partido Comunista Peruano, que tinha por característica a luta armada enquanto forma de conscientização e prática à guerrilha iniciada no campo, com um cunho maoísta muito forte. Gestada nas universidades peruanas, lideradas principalmente por Abimael Guzmán, professor universitário de filosofia, o movimento que foi para o campo organizando guerrilhas camponesas contra as "forças burguesas" foram se disseminando e atingindo proporções complexas, executando chacinas, saques e assassinatos não só de autoridades e da elite, mas também de agricultores, pessoas comuns que julgassem estar colaborando com a burguesia peruana. A repressão policial e perseguição da mídia, como sempre, se deu em uma força completamente desmedida, fazendo com que desde a década de

1970 até 1992 (ano da prisão de Guzmán) o Sendero Luminoso fosse perseguido, seus membros, quando presos, torturados, presos sem julgamento e mortos.

A história não possui protagonista e é narrada sob diversos pontos de vista, não busca um mocinho e tem um caráter documental muito forte, contanto com interposições de imagens feitas à época sobre os eventos narrados. Além disso, o prefácio e todas as epígrafes de capítulos são ou de historiadores ou de intelectuais preocupados em utilizar o passado de forma a mobilizar ações no presente que permitam superá-lo, reconcilia-lo. Walter Benjamin e suas teses sobre a história abrem as epígrafes do livro, permitindo uma reflexão sobre o que é mobilizar sentimentos através da história. A distância entre ficção e realidade em uma obra de caráter documental é ainda mais tênue, porém, a criação de determinadas narrativas extras, composição de cenário, criação de diálogos, permitem que o leitor adentre no mundo daquelas discussões e faça um questionamento mais amplo sobre os eventos narrados.

Existencialismo historiográfico, é possível? A reconciliação possível entre a história e ficção

O ser humano é um "ser para si", diz Sartre (1987). Para o autor, o "ser para si" é o que diferencia os seres humanos das outras espécies: a consciência sobre si, suas limitações, sua existência e suas possibilidades. O "ser em si", por outro lado é a existência por si só, como muitos acreditavam estar o ser humano. No entanto, a consciência sobre a sua existência faz do ser humano algo que lhe dá poder, muitas vezes maiores que os outros seres, sejam eles vivos ou não. Somos seres humanos formados a partir do contato com os fenômenos do mundo. Já que não há uma natureza humana, nem um determinismo, cabe a cada um mudar o seu destino, sua história e suas possibilidades de ação. É o ser humano que cria suas regras, seus costumes e determina a si próprio, nenhum meio natural ou metafisico faz isso. Ser humano é ser livre, portanto basta o ser humano querer mudar e usar sua liberdade para construir um mundo melhor. O ato de ser livre e responsável pelos seus atos, tendo que responder as consequências das suas ações, afinal vivemos em sociedade e liberdade é um conceito relativo, gera uma angústia existencial no ser humano que deve ser explorada no sentido da reflexão para a construção de uma sociedade mais justa. Essa forma de ver o mundo impede que ações egoístas aconteçam, uma vez que meu posicionamento no mundo diz respeito a como ele interfere na vida em sociedade. Portanto, minha liberdade só faz sentido se os outros também forem livres.

Um dos fatores que mais nos impede de sermos livres é a má-fé. Para Sartre (1987), a má-fé é uma tentativa bem consolidada em nossa sociedade de escapar das responsabilidades decorrentes de nossas ações. É um momento de pós-angústia (e uma resposta/solução a ela), faz com que a liberdade seja tolhida, cria sensação de determinismo e esconde o caráter libertador do ser humano por não assumir as consequências de seus atos. Albert Camus (1987), literato e ensaísta (filósofo, para alguns), acreditava que a única essência do ser humano determinada e imutável estava no passado. Todavia, o momento presente em diante pode ser o ponto de partida para mudanças na vida humana. Com isso, mudar o passado não é possível, mas a forma como percebemos ele, qual passado nos interessa, o que devemos escolher como nosso passado são possibilidades que o existencialismo de Camus e Sartre nos permite.

Mobilizar o passado deveria ser mobilizar emoções. O historiador na era da "pós-verdade" não tem mais espaço para ser o responsável pela correção de datas e fatos, por apresentar mais fontes sobre esse passado. Ele precisa interpretar o passado, dar sentido e mobilizar ações no presente para que esse passado tenha alguma relevância para os dias atuais, para que o mundo possa mudar a partir daquilo feito no passado, seja em forma de repulsa ou de admiração – para citar duas formas de tantas outras possíveis. Walter Benjamin, em suas inigualáveis teses sobre o conceito de história, deixa claro que sentimentos são a base para qualquer mobilização. Mobilizar as pessoas, tirar do conforto, para Benjamin (1987), é parte fundamental da tarefa do historiador. Sentimentos como o ódio são completamente capazes de mobilizar, segundo o autor. O "ódio", para Benjamin (1987), é parte da indignação que os seres humanos têm pela exploração e sangue derramado tanto em tempos passados como no presente. É um ódio à opressão, ao mal que ela causa, ao estrago que ela faz. Esse ódio à injustiça, ao fascismo e todos os tipos de exploração e preconceito podem ser explorados pelos historiadores como mobilizadores de ações humanas.

Neste sentido, tanto "Do inferno" quanto "Sendero Luminoso" são obras que permitem mobilizar sentimentos, permitem uma geração de empatia com as relações complexas e os envolvidos na história. Ao tratarem dos diversos aspectos, sob diversos ângulos, permitem que o leitor entenda que o mundo não é dual, é muito mais complexo isso. Porém, ao denunciar as mazelas sociais, a exploração das minorias políticas e a forma desigual pela qual as leis e a força são utilizadas como coerção, permite que sentimentos como o "ódio benjaminiano" seja mobilizado.

Minha proposta não é inovadora, de forma alguma, todavia, deve ser reforçada e cada vez mais reverberada com o intuito de que ela possa ser escutada por mais historiadores e com

isso consigamos modificar a realidade historiográfica. A possibilidade de escolher o seu passado, para que com isso se possa escolher o seu próprio futuro, é uma premissa que deve ser sempre o rumo a ser perseguido pelo historiador. Não há mais espaço para que os historiadores definam qual o passado que pertence a cada um, cabe a cada um ser instrumentalizado para fazer suas próprias escolhas. Desvelar a ficção é uma tarefa essencial para isso. Como demonstrado no caso das duas histórias em quadrinhos brevemente analisadas, a ficção permite transcender as fontes – algo que todo historiador faz, mas não admite –, mobilizar sentimentos, sensações e estabelecer empatia para com as questões apresentadas pelo historiador. Estabelecer relações de empatia e mobilizar as pessoas para questões do passado que impactam diretamente no presente das pessoas é algo fundamental para que o historiador no século XXI consiga galgar espaço e ter serventia nessa sociedade tão complexa.

Referências

ALTERMAN, Eric. *When Presidents Lie: A History of Official Deception and Its Consequences*. New York: Viking, 2004, p. 305.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.

CAMUS, Albert. *O Mito de Sísifo*. São Paulo: Record, 2007

HIRSCH, Marianne. "Surviving Images: Holocaust Photographs and the Work of Postmemory." *The Yale Journal of Criticism***.** Vol. 14. N.1, 2001, p. 5–37.

HUYSSEN, Andreas. *Culturas do Passado-Presente: modernismos, artes visuais e políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto/Museu de Arte do Rio, 2014. p. 155-176.

JAMESON, Fredric. El posmodernismo y la sociedad de consumo. In: *El Giro Cultural: escritos seleccionados sobre el posmodernismo, 1983-1998*. Buenos Aires: Manantial, 1999, p. 15-38.

LEÓN, Pablo Sánchez; MARTÍN, Jesús Izquierdo. Introducción. El Siglo XXI y los fines del Historiador. In: LEÓN, Pablo Sánchez; MARTÍN, Jesús Izquierdo (Org.). *El Fin De Los Historiadores. Pensar Históricamente en el Siglo XXI*. Madrid: Siglo XXI de españa, 2008.

MOORE, Alan; CAMPBELL, Eddie. *Do Inferno***.** São Paulo: Veneta, 2014.

ROSSEL, Luis; VILAR, Alfredo; COSSÍO, Jesús. *Sendero Luminoso: história de uma guerra suja*. São Paulo: Veneta, 2016.

SARTRE. Jean Paul. *O existencialismo é um humanismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

WHITE, Hayden. *El contenido de la forma: Narrativa, discurso y representación histórica.* Barcelona: Ediciones Paidós, 1992.

História política, metodologia e fontes: a política gaúcha na década de 1930 (apontamentos de uma pesquisa concluída)

Rafael Saraiva Lapuente[11]

Introdução

Aqui, procurarei destacar algumas características da pesquisa realizada por mim no mestrado em História da PUCRS, intitulada *A luta pelo poder: a política gaúcha na década de 1930*. Neste resumo expandido, focarei nas questões metodológicas e de fontes da pesquisa, estando de acordo com o diálogo efetuado na mesa *O ofício do historiador e as fontes*. O objetivo deste resumo é motivar o leitor a buscar a pesquisa original. Por isso, nos referiremos a ela aqui constantemente.

A pesquisa, as fontes e a metodologia: breve resumo de pesquisa

Tendo em vista que "um documento não pode ser estudado isoladamente, mas em relação com outras fontes que ampliem sua compreensão" (CAPELATO, 1988, p. 24), para realizar a dissertação, utilizei *memórias*, *anais de congressos partidários*, *processos*, *telegramas* e *cartas de arquivos privados* e *jornais*. As duas últimas fontes foram as mais utilizadas nesta pesquisa.

No trabalho, consultei oito arquivos privados: do CPDOC - Lindolfo Collor, Antunes Maciel Júnior e Getúlio Vargas. O Arquivo Getúlio Vargas, catalogado e dividido *online* pelo próprio CPDOC por assuntos e dossiês, nos forneceu 1.084 arquivos. Isto é, ora um arquivo consistia em um ou dois telegramas, o que era mais frequente, ou eram dossiês temáticos com dezenas ou centenas de missivas organizadas por recortes temporais. Já o de Lindolfo Collor, embora pouco utilizado, teve 664 telegramas consultados. O de Antunes Maciel Júnior não sabemos quantificar, mas foi pouco consultado. Estando ausente o guia virtual dos telegramas

[11] Doutorando em História na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Contato: rafael.lapuente@acad.pucrs.br.

no *site* do CPDOC, acabei consultando poucos materiais citados por outros autores, que despertaram a curiosidade de se chegar aos originais.

Já no NUPERGS, em visita *in locus*, usei dois fundos - Raul Pilla e Flores da Cunha. Não tenho uma contagem exata de quantos documentos consultei, mas cataloguei 614 fotografias dos telegramas e das cartas do Arquivo Raul Pilla, e 775 imagens do acervo Flores da Cunha. Deve-se levar em conta que um telegrama necessita do número de fotos idêntico ao número de folhas. Ou seja, o número de imagens não significa serem 614 telegramas, mas sim de páginas, embora o material consultado *in locu* seja maior do que isso.

Outros arquivos que forneceram um material menor foram o de Moysés Vellinho, no DELFOS, com 16 fotografias coletadas e catalogadas. No Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, um acervo, Borges de Medeiros/Sinval Saldanha, rendeu 262 fotografias, e na documentação de Regina Portella Schneider, fiz 114 registros fotográficos. Este material foi achado "ocasionalmente", pois não sabia de sua existência, e estava fora dos catálogos. Tentei analisar também os discursos parlamentares na Câmara dos Deputados, entretanto, o Solar dos Câmara possui os anais completos de quase todas as décadas, *exceto* os anos 1930, com um único volume do início de 1935. No total, os materiais de NUPERGS, DELFOS, Solar dos Câmara e AHRGS somaram 2.245 arquivos fotográficos coletados para a análise na pesquisa, contando com outros pequenos fundos que não foram úteis. Os dividi por ano da fonte e subdividi conforme seu conteúdo. Esse material, majoritariamente epistolar, proporcionou conhecer as redes de sociabilidades[12] estabelecidas dentro da política gaúcha.

Também usei a imprensa como uma importante fonte de pesquisa. Utilizei diversos jornais, pois o emprego de periódicos com distintas posições políticas possibilita ao historiador perceber as diferenças na cobertura de um determinado evento (GOMES; FERREIRA, 2014). Consultei os jornais *O Estado do Rio Grande* (Partido Libertador), *Diário de Notícias* (Assis Chateaubriand), *Correio do Povo* (família Caldas Junior), e *A Federação* (até 1932 pertencentes ao PRR e, depois, órgão oficial do PRL). À exceção do último, os demais jornais foram consultados no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. As péssimas condições do acervo do MUSECOM foram um desafio, pela deterioração causada pela consulta manual e por umidade, chuvas e infiltrações. A ausência de estrutura era acrescida com a falta de pessoal para o atendimento ao público e a redução do horário de

[12] *Redes de sociabilidades* são entendidas como uma rede organizacional mais ou menos formal ou institucional e como um *microcosmo* de relações afetivas de aproximação ou rejeição, conforme GOMES (2004).

funcionamento em mais de 50% do tempo original. Mas coletei 6.091 fotografias do material dos três jornais mencionados, para o período 1930-1937.

Por vezes, um determinado jornal está desgastado ou, por ter a letra muito pequena e ocupar amplo espaço do jornal, fiz diversas fotos para poder ler o material no computador.

A maioria desse material engloba outubro de 1934 até novembro de 1937. Neste período, fiz uma consulta *day-by-day* nos jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*. No recorte cronológico 1930-1934, fiz somente consultas pontuais. Tanto que, de 1934-1937, 5.695 fotografias foram feitas desse período, representando 94% do material coletado na imprensa para a pesquisa. O acervo foi dividido por ano, subdividido por mês e, por último, catalogado por assunto. Já o jornal *A Federação*, disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, não fiz catalogação/quantificação, pois a pesquisa foi pontual. Isto é, quando necessitei conhecer o posicionamento, especialmente do PRL, através do sistema de busca virtual, o que facilita este tipo de procura. Ao total, o acervo com as fotografias da documentação atingiu 8.433 arquivos em formato JPEG. Ele ocupou o espaço de 26,2 Giga Bytes. A maior parte desse material, na etapa de escrita, ficou de fora, incluindo correspondências cifradas, em que não foi possível desvendar os códigos.

Levando em conta que nenhum documento é inocente, e que toda fonte deve ser analisada criticamente, desestruturando-a e desmontando-a (LE GOFF, 2003) para não se deixar levar pelo "discurso da fonte", esse material teve cuidadosa atenção à luz das reflexões da historiografia acerca tanto do documento pessoal quanto da imprensa. Até porque, ambas são fontes bem distintas. Os arquivos pessoais, segundo Ângela de Castro Gomes (2008), são fontes recentes para a historiografia. A partir de 1970 seu uso foi incorporado no meio acadêmico, no Brasil e Europa. Mas ela ressalta o perigo dos *feitiços* que esse tipo de material pode refletir na pesquisa histórica, seduzindo e induzindo os historiadores com a "ilusão da verdade", pela intimidade e pessoalidade que a fonte possui, pois não é destinada ao espaço público. Essa, para ela, é a principal armadilha na pesquisa em arquivos pessoais.

Ela ressalta, em sua experiência de pesquisa em arquivos privados, que as trocas epistolares tendem a revelar certa descontinuidade e fragmentação. Explicável, em parte, porque a comunicação escrita é dispensável quando os correspondentes podem entender-se verbalmente. Para Ângela de Castro Gomes (1981), outro fator importante na análise é conhecer o tipo de documentação presente: se o papel é formal, denotando a ocupação de cargos institucionais ou funções, ou informal, evidenciando uma rede de relações políticas.

Além disso, destaca que os fundos privados, diferente dos jornais, denotam algum conhecimento prévio ao destinatário da missiva, tornando o discurso difícil para o pesquisador. Pode-se concluir que muitas vezes o historiador deve trabalhar como se estivesse montando um "quebra-cabeça", encaixando peças e encontrando indícios na construção da pesquisa histórica. Além do mais, muito daquilo que é dito no material de arquivo são assuntos de bastidores, que não estão presentes nas coberturas dos jornais. Acaba sendo uma "complementação" desta fonte de pesquisa.

Christophe Prochasson (2008) trouxe algumas contribuições para entender o arquivo privado como fonte para a historiografia. Mesmo que reconheça a tendência ao intimismo, pela ausência, por vezes, de formalidade, ele destaca que os arquivos privados privilegiam as fontes qualitativas, desnudando os bastidores da vida cultural e política. Pois, ressalta Prochasson, é nesses arquivos que se busca o segredo oculto nas manifestações públicas, encontrando por vezes as contradições, ou as "caídas de máscaras", nas palavras do próprio autor. Entretanto, ele alerta para as armadilhas que se põem para o historiador, como a impressão de pegar um autor desprevenido, de violar sua intimidade e de obter a garantia da autenticidade. Até porque, em muitos casos, mesmo que a troca epistolar seja privada, os autores têm o desejo de torná-la pública. Por isso, deve-se atentar para os anseios de "verdade" e de "intimidade" que o documento, muitas vezes falsamente, traz.

Por fim, Rebecca Gontijo (2008) ressalta que esse material privilegia a individualidade do missivista, e destaca a necessidade de se desconfiar daquilo que parece espontâneo, autêntico e verdadeiro, não para descartar, mas problematizar. Isso porque a correspondência, como um ato individual e prática social, também está sujeita a regras e códigos que necessitam ser considerados, como um espaço privilegiado para a observação da relação do indivíduo, consigo e com os outros. E isso não impede que sofra censuras e modificações pelo próprio remetente. Isto é, ela é um lugar de subjetividade e sociabilidade, permitindo a construção e transmissão de um "clima emocional" que possibilita a aproximação e o distanciamento entre os missivistas. Nisso, acaba sendo oposto às fontes públicas, como jornais e revistas, manifestos ou colóquios, construindo uma sociabilidade privada.

No que tange à imprensa, Francisco Alves (2002) ressalta que os periódicos impressos são fonte valiosa para a reconstituição das lutas políticas, pois nos periódicos esses conflitos encontram seu espaço de propagação, chegando o jornalismo a servir como um elo ou agente de combate entre as distintas correntes políticas. Já Capelato (2008) destaca que o jornal

sempre se impôs como uma força política e, por isso, governos e "*poderosos*" a adulam, vigiam, controlam e punem. Por outro lado, segundo ela, deve-se ter em mente que a finalidade do jornal é a busca de um público específico. Essa relação é parte importante para a compreensão daquilo que é o periódico, sendo ele uma mercadoria, geralmente ligada ao setor privado, atuando na lógica do lucro. Ela afirma que o jornal nem é um repositório da verdade, tampouco deve ser desprezado pela subjetividade presente que *toda fonte histórica* possui.

Já Luca (2005) destaca a importância de considerar pontos como aparência física, estrutura e divisão do conteúdo, além de conhecer as relações que o periódico manteve com o mercado, a publicidade e o público a que se visa atingir, o que permite *historicizar* a fonte, pois a imprensa seleciona, estrutura, ordena e narra da forma que elegeu ser relevante para chegar até o seu público.

Elmir (1995) afirma que o jornal não pode ser visto como um dado, do qual abstraímos os elementos de uma "suposta" realidade. Isto é, deve ser feita uma leitura meticulosa, demorada e exaustiva, distinta daquela que fazemos fora da pesquisa, considerando a defasagem que existe entre a formulação do discurso inscrito no periódico em relação a nossa experiência de leitura. Já para Gomes (1981), a grande diferença de um jornal para um documento privado é que, sendo o primeiro público, ele procura analisar os acontecimentos para o seu leitor. E, por sua natureza cronológica e informativa, é uma fonte auxiliar na contextualização da pesquisa. Para analisar as notícias jornalísticas, ela levanta elementos como os limites para a informação, como a censura, presente no contexto deste trabalho, e as possíveis *artimanhas* dos jornalistas para denunciar ou burlá-la. Também ressalta a importância de conhecer a posição política do jornal, para o exercício da crítica à fonte.

A análise a partir de um jornal deve estar atenta às questões externas, como sua relação com o governo e a instauração de medidas coercitivas à livre manifestação. Se todo o jornal tem seu próprio filtro interno, no período em que pesquisei levei em conta que a imprensa passou por controle externo de órgãos governamentais. Mas isso não invalidou o jornal como fonte de consulta, pois possuía uma margem de publicações de discursos políticos, coberturas e publicações acerca do cenário político nacional e regional, através da Câmara dos Deputados, da Assembleia Legislativa estadual e de entrevistas. Até porque, segundo Luca (2005), em regimes de exceção ou autoritários, a imprensa atua politicamente, seja endossando o discurso oficial ou contestando-o. Um fator importante na pesquisa foi saber das divergências entre o governo Flores da Cunha e o *Correio do Povo*, a ponto daquele

proibir as vendas deste na Viação Férrea, por duas oportunidades, e fazer campanhas de boicote através d'*A Federação,* fato que influenciou a produção daquele diário.

Infelizmente, tive dificuldades de delinear detalhadamente o perfil dos jornais pesquisados, pela ausência dessas informações nos periódicos dos anos 1930. Mas, segundo Rüdiger (1993), nesse período ocorre o declínio dos jornais político-partidários, como *A Federação* e *O Estado do Rio Grande*, tanto em qualidade quanto em tiragens, dando lugar à imprensa *informativa-moderna*, com o *Correio do Povo* e o *Diário de Notícias*. Estes deram um perfil empresarial aos jornais impressos, triunfando perante o jornalismo partidário depois do golpe de 1937.

Referências

ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina*. Rio Grande: Editora da FURG, 2002.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas do seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos do PPG em História da UFRGS.* Porto Alegre, n. 13, 1995.

GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. *1964*: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. Notas sobre uma experiência de trabalho com fontes: arquivos privados e jornais. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 1, nº 2, set. 1981.

_____. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 2008.

GONTIJO, Rebeca. *Entre quatre yeux*: a correspondência de Capistrano de Abreu. *Escritos II.* Rio de Janeiro, v. 2, 2008.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 2003.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

PROCHASSON, Christophie. "Atenção: verdade!" Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 2008.

RÜDIGER, Francisco. *Tendências do Jornalismo*. Porto Alegre. Editora da Universidade, 1993.